



Repasses da União para BNDES e FGTS podem ser votados

Medida segue recomendação do TCU para o pagamento de valores devidos ao banco e ao fundo, aos quais o governo recorreu para quitar despesas de programas sociais

A proposta está prevista em uma das três medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta de votações do Plenário. O texto também abriu crédito para os Ministérios da Saúde e das Cidades e envolve cerca de R\$ 37,7 bilhões.

As outras duas MPs tratam de alteração no Código de Trânsito Brasileiro e de crédito suplementar para vários ministérios

aplicarem em ações relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio.

Os senadores podem avançar ainda na análise de três propostas de emenda à Constituição (PECs), que não ficam sujeitas ao trancamento da pauta pelas MPs. Uma delas, que já pode ser votada em primeiro turno, limita o número de comissionados na administração pública. **3**

Comissões discutem novidades sobre "pílula do câncer" **6**

Normas para Olimpíada em análise amanhã **3**

Colegiado estuda padronizar sites de transparência **8**

ARQUIVO **S**



Reprodução

Na execução, algoz subia nos ombros do condenado para acelerar morte

Há 140 anos, Brasil assistia à última pena de morte

Em 28 de abril de 1876, o escravo Francisco foi enforcado em Pilar (AL) pela acusação de ter matado um casal da cidade. A condenação foi feita com base numa implacável lei de 1835 que previa a morte para o negro cativo que assassinasse seu senhor. Francisco foi o último executado. A partir

de então, o imperador dom Pedro II passou a perdoar ou substituir todas as penas capitais por punições mais brandas. Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que os senadores não gostaram da decisão e exigiram que o imperador voltasse a confirmar as execuções. **4 e 5**

Jonas Pereira/Agência Senado — 2/4/2014



Azul é a cor de movimento que busca conscientizar sobre o transtorno

Senado se ilumina de azul em homenagem ao Dia do Autismo

A cúpula e o Anexo 1 do Senado ficarão iluminados na cor azul até sábado para marcar o Dia Internacional da Conscientização do Autismo, comemorado em 2 de abril.

A data, criada pelas Nações Unidas, busca incentivar o

debate sobre o transtorno comportamental, que atinge 70 milhões de pessoas no mundo.

No Brasil, a ONG Movimento Orgulho Autista Brasil estima que o número chegue a 2 milhões. **6**

Programa ajuda na inclusão do jovem de baixa renda do DF

Iniciativa criada pelo Senado em 2014, o Jovem Aprendiz busca contribuir na formação profissional de adolescentes entre 14 e 17 anos da rede pública de ensino do Distrito Federal. Atualmente com 78 participantes, deve ganhar mais 20 em maio. A ideia é chegar em 200 estudantes, que atuam em áreas administrativas da Casa, tendo a oportunidade de entrar em contato com o mercado de trabalho. **2**



Roque de Sá/Agência Senado

Vários setores do Senado, como a Biblioteca, recebem os estudantes

Senado
transparente

Ministro da Justiça deve falar sobre Lava-Jato

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vai ouvir na quarta-feira o plano de ação do ministro da Justiça, Eugênio Aragão, para a pasta. Ele deve ainda esclarecer aos senadores se haverá mudanças no comando da Polícia Federal e se houve ameaças de intervenção no Poder Judiciário em função de vazamento de grampos e desdobramentos da Operação Lava-Jato. **8**

Audiência em Mato Grosso pede pedágio "justo"

Participantes de audiência na quinta-feira, em Guarantã do Norte (MT), sobre o leilão de concessão do trecho da BR-163 que vai do Pará a Mato Grosso pediram que a tarifa a ser cobrada em pedágios não onere o agricultor que escoar a produção pela rodovia, mas seja atrativa às empresas concessionárias. Wellington Fagundes se comprometeu a continuar os debates sobre o valor justo. **7**

MP sobre acordo de leniência será tema de dois debates **3**

Projeto estimula práticas de agroextrativismo **7**

Registro de nova planta ornamental pode ser agilizado **6**

Rocio de Sá/Agência Senado



Os adolescentes beneficiados pela iniciativa são encaminhados, conforme demanda, a vários setores, como a Biblioteca

Jovem Aprendiz beneficia adolescentes de baixa renda

Criado em 2014, programa do Senado contribui para a formação de adolescentes que tenham entre 14 e 17 anos. Intenção é chegar a 200 jovens, que trabalham em áreas administrativas da Casa



O SENADO RECEBERÁ em maio 20 novos participantes do Programa Jovem Aprendiz, criado em 2014 para contribuir com a formação profissional de adolescentes de baixa renda. Atualmente, 78 estudantes prestam serviços em áreas administrativas da Casa. A intenção é que, futuramente, a iniciativa ofereça a oportunidade de treinamento para 200 adolescentes.

O diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, James Carvalho, explica que, durante os 24 meses de vigência do contrato, o adolescente estabelece os primeiros contatos com a realidade do mercado de trabalho e aprende sobre o funcionamento do Legislativo.

— O jovem pode se preparar para o mercado com todas as variáveis e dificuldades que poderá encontrar pela frente. Já para a Casa, institucionalmente falando, o jovem aprendiz tem um viés social muito interessante.

Para participar, o menor precisa ter entre 14 e 17 anos e 11 meses de idade; ser mo-

rador do Distrito Federal; estar matriculado, pelo menos, no 8º ano do ensino fundamental em escola da rede pública; e pertencer a uma família com renda per capita inferior a meio salário mínimo.

De acordo com o chefe do Serviço de Estágio e gestor do Programa Jovem Aprendiz, Alexandre de Lana Silva, a chegada, em maio, dos novos aprendizes possui caráter de reposição, já que 20 — dos 98 alunos que atuavam na Casa em 2015 — deixaram de participar do programa. Segundo ele, a maioria dos desligamentos foi motivada pela evasão escolar, o que configura o descumprimento de um dos critérios de participação.

— O nosso ato [Ato da Comissão Diretora 2/2014] que instituiu o programa no âmbito do Senado exige que o aluno esteja matriculado, pelo menos, no 8º ano da escola pública. Caso o adolescente reprove por nota, ele tem a chance de continuar inscrito. Mas se a reprovação for por falta, ocorre o desligamento.

Segundo Lana, antes de chegarem ao Senado, os estudantes passam por treinamento presencial de um mês mini-

trado pelo Centro Salesiano do Menor do Distrito Federal. Durante o curso, eles assistem a aulas teóricas com noções de administração, informática e arquivologia.

No Senado, os estudantes são encaminhados a setores como a Biblioteca, a Gráfica, o Arquivo e gabinetes. Os aprendizes cumprem jornada diária de quatro horas e são acompanhados por tutores.

— Cada setor designa um tutor, que vai acompanhar o trabalho do jovem aprendiz e será responsável pela distribuição das tarefas. O retorno que temos recebido tem sido muito positivo, tanto da parte dos tutores quanto dos participantes. Há uma vontade muito grande por parte dos jovens em aprender — afirma Alexandre de Lana Silva.

Cadastro

Durante os dois anos de contrato, os adolescentes recebem um salário mínimo, além de vale-transporte e vale-refeição, e têm a carteira de trabalho assinada, com pagamento de Fundo de Garantia e contribuição ao INSS. O jovem também tem direito a 13º salário e a todos os benefícios concedidos a empregados formais.

Para participar do programa, o estudante deve se cadastrar no Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador do Distrito Federal, por meio do site www.salesianos.br/ssas ou pelo telefone (61) 3379-9200. Após o cadastro, ele entra na fila de espera e é chamado de acordo com a demanda por vagas. Se cumprir os requisitos necessários e fornecer os documentos, o candidato recebe uma visita domiciliar, feita por representantes da entidade, para comprovar a veracidade das informações fornecidas.

Comissão de Direitos Humanos discute hoje reajuste nos planos de saúde

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje, às 9h, audiência pública para debater os índices de reajuste dos planos de saúde. O encontro atende requerimento do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS). O senador tem

demonstrado preocupação com os recentes reajustes dos planos e com os “valores exorbitantes e proibitivos que vêm sendo cobrados pelas operadoras”.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Preço dos planos de saúde

9h A comissão faz audiência pública interativa para debater os índices de reajuste dos planos de saúde no Brasil.

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos e avisos da Mesa.

CCT/CAS/CDH “Pílula do câncer”

8h45 As comissões promovem audiência interativa conjunta para discutir resultados do grupo de trabalho instituído para apoiar as etapas de desenvolvimento clínico da fosfoetanolamina.

DESBUROCRATIZAÇÃO Reunião

9h Comissão de juristas discute projeto da Lei Geral da Desburocratização.

CMA Agroextrativismo

9h30 A comissão analisa o PLS 182/2013, que incentiva o agroextrativismo, e mais 17 itens.

MP 703/2016 Acordos de leniência

10h Audiência pública interativa para debater a medida provisória, que dispõe sobre acordos de leniência.

CAE Gestão fiscal responsável

10h Análise do PLS 229/2009, que fortalece a gestão fiscal responsável, e mais 17 itens.

MP 707/2016 Dívidas rurais

11h Análise de relatório da MP, que prorroga dívidas rurais no semiárido.

CE Alunos com deficiência

11h30 Na pauta, o PLS 45/2015, sobre a proibição da cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência em escolas, e mais 13 itens.

MP 700/2016 Desapropriações

14h30 Audiência interativa para debater a medida provisória, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

TRANSPARÊNCIA Requerimentos

14h30 A comissão analisa requerimentos.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Presas

14h30 Audiência para apresentação de relatório sobre a população penitenciária feminina e discussão sobre violência contra as mulheres presas. Depois, o colegiado apresenta relatório de avaliação de políticas públicas e avalia requerimentos.

QUARTA

CI Biocombustíveis

8h30 O PLS 388/2009, que estabelece critérios socioambientais para a produção dos biocombustíveis, é um dos projetos na pauta da comissão.

CAS Médicos peritos

9h A comissão pode votar, entre outros, o PLS 120/2014, que estabelece a jornada de trabalho dos médicos peritos do INSS.

CDR Minha Casa, Minha Vida

9h Na pauta, o PLS 331/2015, que destina a trabalhadores da construção civil percentual de unidades do Minha Casa, Minha Vida. Depois, lançamento de publicação sobre avaliação de política pública no ano de 2015.

MP 703/2015 Acordos de leniência

10h Audiência para debater a medida provisória, que trata de acordos de leniência. Entre os convidados, representantes da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

CE Escolha de reitores

11h Audiência pública interativa sobre o PLS 379/2013, que trata do processo de escolha de dirigentes das instituições de ensino superior.

MP 701/2015 Crédito à exportação

14h A medida provisória sobre o Seguro de Crédito à Exportação é tema de audiência pública.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS Plano

14h A comissão mista avalia o plano de trabalho para 2016.

AGENDA BRASIL Reciclagem

14h30 A comissão tem reunião deliberativa com 8 itens. Entre eles, o PLS 187/2012, que permite dedução do IR de valores doados a projetos e atividades de reciclagem.

QUINTA

CRE Aldo Rebelo

10h O PLS 398/2014, sobre pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira, está na pauta, entre outros itens. Logo depois, audiência interativa com o ministro da Defesa, Aldo Rebelo, sobre ações da pasta.

CONSELHO DE ÉTICA Caso Delcídio

10h O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouviu depoimento do senador Delcídio do Amaral.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Entenda o projeto



20 novos jovens aprendizes vão ingressar no Senado em maio deste ano (em caráter de reposição)



98 será o total de aprendizes após a chegada dos novos alunos

Requisitos

- Ter entre 14 anos e 17 anos e 11 meses de idade
- Ser morador do Distrito Federal
- Estar matriculado, pelo menos, no 8º ano do ensino fundamental em escolas da rede pública
- Pertencer a uma família com renda per capita inferior a meio salário mínimo

Benefícios

- Remuneração de um salário mínimo
- Contrato com vigência de 24 meses
- Vale-transporte
- Vale-refeição
- Carteira de trabalho assinada
- Fundo de garantia e contribuição ao INSS
- 13º salário e outros benefícios concedidos a empregados formais

Plenário deve votar crédito para BNDES e FGTS

Proposta é uma das três medidas provisórias que estão na pauta de votações e segue recomendação feita pelo TCU para a União regularizar os repasses ao banco e ao fundo

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) 702/2015, que abriu crédito extraordinário de R\$ 37,7 bilhões para ministérios e para encargos financeiros da União, é uma das três que trancam a pauta do Plenário e podem ser votadas nesta semana. Parte dos recursos destina-se ao pagamento de valores devidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), seguindo recomendação feita pelos Acórdãos 825/2015 e 992/2015 do Tribunal de Contas da União (TCU).

Essas dívidas constituem as chamadas pedaladas fiscais, que centralizaram o debate em torno das contas presidenciais de 2014. O termo se refere a atrasos no ressarcimento do Tesouro Nacional para dois bancos públicos (Caixa Econômica Federal e BNDES) e para o FGTS, fontes de recursos às quais o governo recorreu em 2014 e 2015 para pagar despesas relativas a programas sociais e econômicos.

Os Ministérios da Saúde e das Cidades também são beneficiados. A MP destina R\$ 2,5 bilhões para o financiamento de procedimentos de alta e média complexidade no SUS e R\$ 9 bilhões para projetos de interesse social em áreas urbanas.

Junto com a MP 702, outras duas medidas provisórias encabeçam a pauta de votações do Senado desta semana e têm prioridade de votação em relação a outras propostas legislativas.

Trânsito

A MP 699/2015 altera o Código de Trânsito Brasileiro para definir como infração gravíssima a conduta de usar veículo para interromper, restringir ou perturbar deliberadamente a circulação em vias públicas. De acordo com o texto, o infrator será punido com multa de R\$ 3.830,80 (20 vezes o valor de uma infração gravíssima) e suspensão do direito de dirigir por 12 meses. Em caso de reincidência no período de um ano, a multa será aplicada em dobro.

Já a MP 710/2015 abriu créditos suplementares, num total de R\$ 1,5 bilhão, aos Ministérios da Justiça, da Defesa, da Cultura e do Turismo para ações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

O Ministério da Integração Nacional também receberá recursos destinados ao atendimento a vítimas de desastres. Outra parte do valor vai para a constituição do banco dos Brics — grupo de países emergentes que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.



Moreira/Moniz/Agência Senado

Além das MPs, senadores poderão analisar PEC que limita o número de cargos comissionados na administração pública

O Plenário pode fazer avançar ainda a tramitação de três propostas de emenda à Constituição (PECs), que não ficam sujeitas ao trancamento da pauta pelas MPs. Uma delas já pode ser votada em primeiro turno: é a PEC 110/2015, que restringe a quantidade de cargos comissionados na administração pública.

Os cargos comissionados são indicações políticas, de livre provimento e exoneração, sem a necessidade de concurso público. A PEC estabelece que o número desses cargos não poderá superar, em cada órgão ou entidade, 10% do número de cargos efetivos no caso da União, dos estados e do DF e 15%, no caso dos municípios.

Também estabelece critérios para a escolha dos ocupantes dos cargos.

Precatórios

As outras duas PECs ainda estão na segunda sessão de debates — são necessárias cinco antes da votação em primeiro turno. A 159/2015 estabelece regime especial para o pagamento de precatórios, que são ofícios expedidos pelo Judiciário para obrigar municípios, estados ou a União a liquidar valores devidos após condenação judicial definitiva. A 316/2015 transfere as causas trabalhistas que envolvem a União para a Justiça Federal.

Outra proposta que aguarda na fila de votação é o

PRS 84/2007, um projeto de resolução que estabelece limite para a dívida consolidada da União, assim como já existe para estados e municípios.

Caso o Plenário consiga votar as medidas provisórias, poderá analisar os projetos de leis ordinárias. Um deles é o PLC 2/2016, que cria a Lei Geral das Olimpíadas.

O projeto garante o cumprimento de acordos firmados pelo Brasil para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos deste ano. A proposta já passou pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Ciência e Tecnologia (CCT) e ainda precisa ser votado na de Educação (*leia mais no texto abaixo, à esquerda*).

Comissão analisa regras sobre organização da Olimpíada

O projeto que fixa normas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 pode ser votado amanhã pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O texto do governo tem o objetivo de ajustar a legislação aos compromissos assumidos pelo país com o Comitê Olímpico Internacional (COI).

A proposta (PLC 2/2016) estabelece, entre outros pontos, regras para venda de ingressos, medidas de proteção às marcas dos patrocinadores e sobre direitos de transmissão de imagens. Também define critérios para o acesso da imprensa aos eventos esportivos, além de condições para a permanência do público

nos espaços das competições, a responsabilidade civil da União pelos danos aos organizadores, solução de conflitos, serviço voluntário e operação dos aeroportos.

O projeto tramita com urgência e já foi aprovado pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

Desconto

A proposta do governo foi alterada na Câmara dos Deputados. Em relação aos ingressos, o texto original previa a venda com desconto de 50% apenas para as categorias mais baratas de ingressos. A Câmara, que votou o projeto

em fevereiro, adotou como regra um desconto equivalente à metade do valor, aplicável sobre todas as categorias de bilhetes, para estudantes, pessoas com deficiência e idosos com mais 60 anos.

Os deputados estabeleceram uma reserva de 4% das cadeiras para pessoas com deficiência e 2% para quem tem mobilidade reduzida. O texto original previa 1% dos assentos nos dois casos. A reserva de ingressos valerá a partir da publicação da lei e não se aplica aos lotes vendidos até agora.

Imagens

O PLC 2/2016 reconhece o COI e o Comitê Paralímpico Internacional (IPC) como titulares exclusivos e beneficiários de todos os direitos e interesses relativos às imagens e aos sons dos eventos oficiais. Cabe a esses órgãos negociar a cessão dos direitos para emissoras, o que já ocorreu.

Os veículos que não pagaram pela transmissão terão direito de receber 21 minutos de imagens por dia, dos quais poderão usar 15 minutos.

Duas audiências vão debater medida que estimula acordos de leniência por empresas

A medida provisória (MP) que modifica a Lei Anticorrupção (12.846/13) para prever a participação do Ministério Público nos acordos de leniência será debatida em duas audiências públicas marcadas para amanhã e para a quarta-feira.

Quem promove os debates é a comissão mista que faz a análise prévia da proposta (MP 703/2015). Semelhante à delação premiada, o acordo de leniência é celebrado por empresas com o objetivo de garantir isenção ou abrandamento das sanções, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo que apura desvios.

Apesar de estar em vigor, a lei não tem estimulado as empresas a participar. Isso porque os acordos são feitos muitas vezes apenas com os órgãos de controle da administração pública e as empresas continuam sujeitas a punições em medidas judiciais propostas pelo Ministério Público.

Pelo novo texto, já no processo administrativo, o Mi-

nistério Público deve ser notificado para acelerar o acordo de leniência, uma vez que as responsabilidades a mais que a empresa possa ter podem ser apuradas pelos promotores.

Convidados

Para a audiência de amanhã, foram convidados, entre outros, representantes da CUT, da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

Na quarta-feira, são esperados representantes da Controladoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União; o ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler; o subprocurador geral da república Nicolao Dino; o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp; o promotor de Justiça do Estado de São Paulo Roberto Livianu; e o professor da Faculdade de Direito da USP Heleno Torres.



Paulo Pinto

Entre outros assuntos, proposta trata dos direitos de transmissão dos Jogos

Veja na pág. 2 como acompanhar as audiências e participar delas

Império usou a força para conter escravos assassinos

Completam-se neste mês 140 anos da execução da última pena de morte no Brasil. O governo imperial aprovou em 1835 uma lei dedicada a punir exemplarmente os negros que matavam seus senhores, mas dom Pedro II decidiu abandoná-la em 1876

Ricardo Westin

A PACATA CIDADE de Pilar, na província de Alagoas, amanheceu tumultuada em 28 de abril de 1876. Calcula-se em 2 mil o público de curiosos, inclusive vindos das vilas vizinhas, que se aglomerou para assistir à execução do negro Francisco.

O escravo fora condenado à forca por matar a pauladas e punhaladas um dos homens mais respeitados de Pilar e sua mulher. O assassino recorreu ao imperador dom Pedro II, rogando que a pena capital fosse comutada por uma punição mais branda, como a prisão perpétua. O monarca, poucos dias antes de partir para uma temporada fora do Brasil, assinou o despacho: não haveria clemência imperial.

Acorrentado ao carrasco e com a corda já no pescoço, Francisco percorreu as ruelas da cidade num cortejo funesto até o ponto em que a forca estava armada. Na plateia havia escravos, levados por seus senhores para que o caso lhes servisse de exemplo.

— Peço perdão a todos, e a todos perdoo — disse ele, antes

de morrer, à multidão atônita.

Há exatos 140 anos, essa foi a última pena capital executada no Brasil. Depois de Francisco, nenhum criminoso perdeu a vida por ordem judicial. Encerrava uma prática que vinha desde o Descobrimento — basta pensar no índio que o governador-geral Tomé de Souza mandou explodir em 1549 ou em Tiradentes, enforcado e esquartejado em 1792, ou ainda no frei Caneca, fuzilado em 1825.

Galés perpétuas

Francisco, porém, foi condenado com base numa lei de 1835 que mirava exclusivamente os negros cativos. Ela dizia que seria condenado à morte o escravo que matasse ou ferisse gravemente seu senhor ou qualquer membro da família dele.

Talvez essa tenha sido a lei mais violenta e implacável de toda a história brasileira. A norma não admitia a hipótese de o criminoso continuar vivo — pelas leis anteriores, havendo atenuantes, ele poderia ser condenado à prisão ou a galés perpétuas (trabalhos forçados para o governo), no

lugar do enforcamento.

Além disso, a lei de 1835 exigia o voto de apenas dois terços dos jurados do tribunal para a condenação à forca — até então, a pena capital requeria a unanimidade do júri. E, por fim, ela não permitia apelações pela mudança da pena — antes, o condenado podia interpor inúmeros recursos judiciais às instâncias superiores.

O historiador Ricardo Figueiredo Pirola, autor de *Senzala insurgente* (Editora Unicamp), diz: — Havia pena de morte para os livres que cometiam homicídio, mas para eles a legislação continuou como antes, com alternativas à forca. O endurecimento afetou só os cativos. De 1835 em diante, escravo condenado era escravo enforcado: “lance-se logo a corda e endure-se o réu”.

Documentos históricos mantidos sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que o projeto da lei de 1835 foi proposto pela Regência como forma de conter as crescentes rebeliões escravas. A Regência foi o governo-tampão da conturbada década de 1830, entre a abdicação de Pedro I e a maioridade de Pedro II.

“As circunstâncias do Império em relação aos escravos africanos merecem do corpo legislativo a mais séria atenção. Alguns atentados recentemente cometidos contra fazendeiros convencem dessa verdade”, escreveu o ministro da Justiça no preâmbulo do projeto, remetido à Câmara e ao Senado em 1833. “A punição de tais atentados precisa ser rápida e exemplar.”

Os “atentados recentemente cometidos” a que o ministro se refere ocorreram nas províncias da Bahia, de São Paulo e de Minas Gerais, onde escravos atacaram seus senhores por não mais aceitarem castigos violentos e trabalhos extenuantes ou por serem vendidos para outros pontos do país, sendo separados

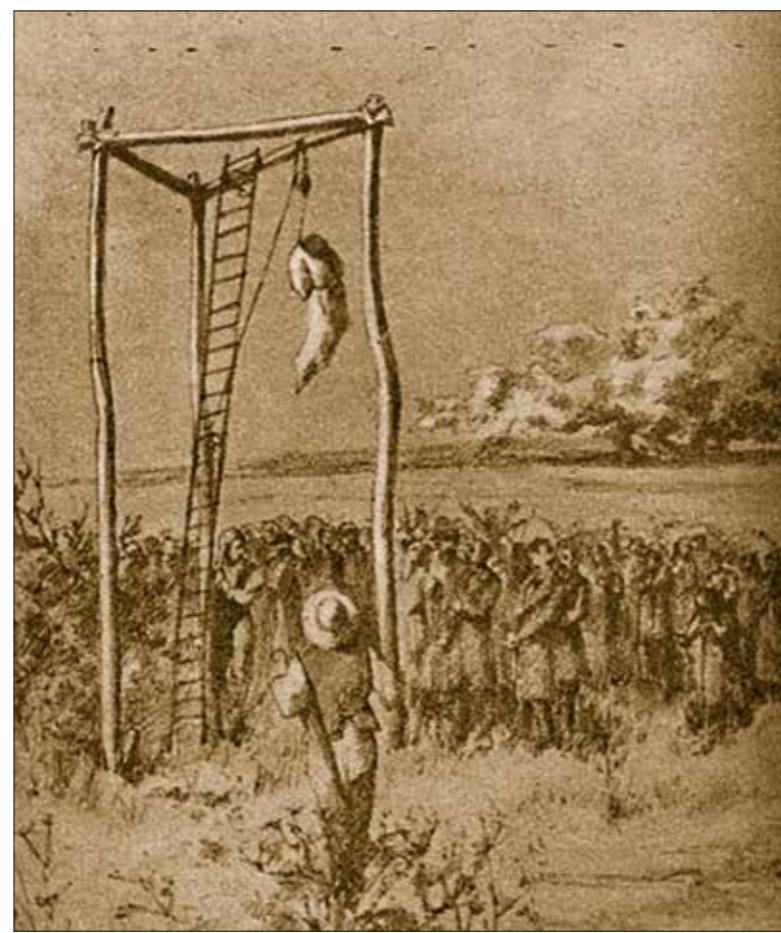


Imagem do século 19 mostra negro na forca: escravos tinham de assistir às execuções

da família, por exemplo.

O caso mais rumoroso ocorreu em São Tomé das Letras, no sul de Minas Gerais, em 1833, e ficou conhecido como Revolta de Carrancas. Escravos fizeram uma espécie de arrastão pelas fazendas da região, matando famílias inteiras de latifundiários.

Gabriel Francisco Junqueira (MG), que só escapou da matança porque se encontrava na Câmara, no Rio, não em sua fazenda. Um dos regentes da Regência Trina Permanente (1831-1834) foi José da Costa Carvalho, dono de vastas terras e dezenas de escravos em São Paulo.

Também os senadores tinham escravos. Da tribuna do Palácio Conde dos Arcos, a sede do Senado, o senador Silveira da Mota (GO) defendeu a lei de 1835 narrando um incidente familiar: — Chegando ontem a minha casa, minha família recorreu a mim, assustada por um fato que tinha se dado no meu lar doméstico. Um escravo meu, apenas mui brandamente advertido, insubordinou-se a ponto de, armado, ameaçar minha mulher. Felizmente, minha filha mais velha teve o bom senso de conter a indignação que o fato tinha excitado e de apelar somente para minha chegada. É um crioulo de

Episódios desse tipo deixavam a elite rural aterrorizada. Havia o temor de que se produzisse algo semelhante à Revolução Haitiana, onde os negros haviam se revoltado, assumido o poder e abolido a escravidão. A elite não teve dificuldades para ver o projeto contra os negros prosperar. Primeiro, porque a lavoura era o grande motor da economia, e o Império tinha total interesse em protegê-la. Depois, porque os próprios políticos, e a maioria, eram escravocratas.

Entre as vítimas de Carrancas, estavam parentes do deputado

caso, que é muito bem tratado e há poucos dias tinha recebido dinheiro de minhas mãos.

Foi a trágica Revolta de Carrancas que apressou a elaboração do projeto da severa lei de 1835. A insurreição se deu em maio de 1833 e logo no mês seguinte a Regência apresentou a proposta. A aprovação ocorreu sem sobresaltos. O texto passou duas vezes pela Câmara e uma pelo Senado, sofrendo alterações mínimas.

Entretanto, muito pouco se sabe sobre o teor das discussões no Senado. Em 1834, o senador Marquês de Caravelas (BA) apresentou um requerimento para que o debate fosse secreto, por ser “pouco político” tratar em público de um tema tão delicado. Um dos documentos da época guardados no Arquivo do Senado explica que, “apesar da oposição de alguns ilustres senadores”, o pedido foi aceito.

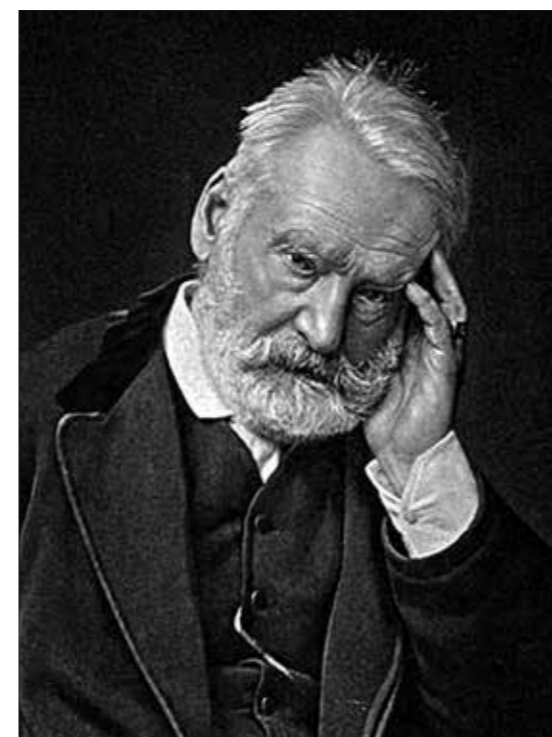
Um grande levante negro na Bahia acelerou a aprovação definitiva do projeto. Foi a Revolta dos Malês, em Salvador. O saldo dos embates entre cativos e soldados foi de dezenas de mortes. A revolta explodiu em janeiro de 1835, a segunda aprovação da proposta na Câmara veio em maio e a sanção da Regência ocorreu em junho.

Manobra imperial

Nas duas primeiras décadas, a lei de 1835 levou centenas de escravos rebeldes à forca. Aos poucos, porém, dom Pedro II foi afrouxando as condenações. Em 1854, ele decidiu que todo escravo condenado à punição capital ganharia o direito de apelar à clemência imperial, pedindo o perdão ou pelo menos a comutação da pena, assim como já ocorria com os brancos.

O monarca cada vez mais cedia às súplicas. A última execução

A partir de 1876, Pedro II (à dir.) impediu todos os enforcamentos no país; ele teria sido influenciado pelas ideias do escritor Victor Hugo (abaixo)



Cidade reconstitui todo ano, desde 2001, enforcamento do negro Francisco

Todos os anos, no dia 28 de abril, a pequena cidade alagoana de Pilar, de 33 mil habitantes, se mobiliza em torno da encenação da morte do escravo Francisco, a última pena de morte executada no país, em 28 de abril de 1876. O evento é produzido pela prefeitura desde 2001 e atrai visitantes de todo o estado.

Neste ano, a encenação será feita no ginásio da Escola Municipal Nossa Senhora do Pilar, às 19h30. Em anos anteriores, havia sido realizada ao ar livre, com os atores perfazendo o exato trajeto que o escravo Francisco percorreu entre a delegacia e a forca.

O espetáculo começa com o assassinato de João Evangelista de Lima, respeitado oficial da Guarda Nacional, e de sua mulher, Josefa Marta de Lima. Depois vêm a fuga do esca-

vo, a captura e o julgamento. Uma das cenas mostra dom Pedro II negando a clemência imperial. Por fim, há o cortejo do condenado pela cidade e o enforcamento.

Os produtores da peça se basearam no relato dos jornais da época. O velho *Jornal do Pilar*, por exemplo, contou que foi difícil achar um presidiário disposto a ser o carrasco — responsável por empurrar o condenado da forca e depois subir em seus ombros para apressar a morte. O escolhido, segundo o jornal, foi um condenado de nome Maia Grande, “altura de gigante, corpo de jumento, mãos de burro, pés de chapeleta e cara inchada de beberão”. Ele dormiu acorrentado a Francisco na véspera da execução.

— O escolhido para essa função tinha que ser corajoso, pois havia relatos de carrascos

que lhe davam sustentação se abolisse oficialmente a lei que as protegia. Preferiu agir com cautela e manter a lei.

Há várias hipóteses para a aversão do imperador às execuções. Uma das mais plausíveis é que ele foi influenciado pelas ideias do escritor francês Victor Hugo, crítico ferrenho da escravidão e da pena de morte. Dom Pedro II foi recebido duas vezes em Paris pelo autor de *O Corcunda de Notre-Dame* naquela longa temporada no exterior iniciada logo após negar clemência ao escravo Francisco. De fato, depois dessa viagem, ninguém mais no Brasil foi para a forca.

Os escravocratas, cientes da manobra, passaram a reclamar publicamente, exigindo o cumprimento da lei. Os senadores diziam em tom de ironia que



Atores encenam enforcamento, em peça teatral que se repete todo dia 28 de abril

que foram assassinados pelos condenados dentro da cela — conta o historiador João Luiz Ribeiro, autor de *No meio das galinhas as baratas não têm razão: os escravos e a pena de morte no Império* (ed. Renovar).

Segundo o diretor municipal de Cultura, Sérgio Moraes, as

peçoas de Pilar têm sentimentos diferentes em relação ao episódio histórico:

— Algumas acham lamentável que uma execução tenha acontecido na nossa cidade. Outras comemoram o fato de que, depois disso, ninguém mais foi executado no Brasil.

dom Pedro II estava sendo “filantrópico”.

— Quem poupa a vida de um grande malfetor compromete a vida de muitos inocentes — afirmou o senador Ribeiro da Luz (MG) numa sessão plenária em 1879. — Não é possível que, por causa da filantropia, homens vivam inquietos pelos perigos que os cercam, sobressaltados de que a foice ou a enxada do escravo venha tirar-lhes a vida.

Linchamentos

Na mesma sessão, os senadores lembraram um crime coletivo ocorrido em Itu, em São Paulo, no começo do ano. Um escravo havia assassinado seu senhor, um dos poucos médicos da cidade. Enfurecidos, centenas de pessoas tentaram invadir a delegacia para linchar o criminoso, mas foram contidas pela polícia. No dia seguinte, voltaram e conseguiram arrancar o escravo da cela. O negro foi morto a pauladas pela população aos gritos de “viva a justiça do povo!”.

Para os senadores, linchamentos como aquele, que se repetiam em outras cidades, eram um claro sinal de que a sociedade — vendo que os cativos, livres da pena de morte, se sentiam encorajados a assassinar — não tinha escolha senão fazer justiça com as próprias mãos.

O senador Silveira da Mota foi ainda mais longe e disse que, já que a lei de 1835 havia sido esquivada, o melhor seria acabar de vez com a escravidão:

— Nós sabemos que a escravidão é uma violência e uma injustiça, mas as violências se mantêm senão com outras violências. Se quereis fazer filantropia à custa da honra das famílias dos

proprietários, então tomai a responsabilidade da emancipação [dos escravos]. Não o queirais fazer tortuosamente, com prejuízo de tantas vidas. Num país de escravidão, se o governo quer harmonizar a lei criminal com os princípios filosóficos, então o meio é outro, é acabar com a escravidão. Enquanto não acabar com ela, o meio é a lei de 1835.

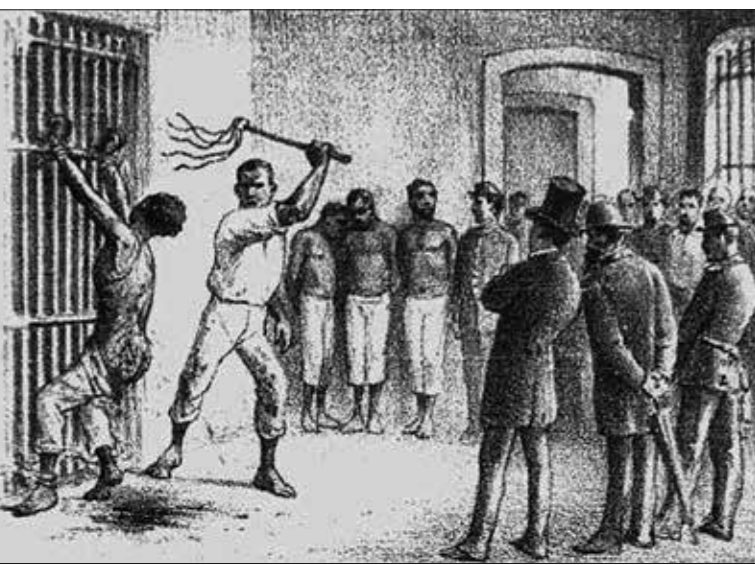
Ainda em 1879, o presidente do Conselho de Ministros (cargo equivalente ao de primeiro-ministro), Cansanção de Sinimbu, compareceu ao Senado para defender o imperador. Ele argumentou que dom Pedro II concedia a clemência não por bondade, mas por identificar falhas nos processos judiciais:

— Todos nós sabemos como têm lugar esses assassinatos. Acontecem em lugares solitários, na ausência de pessoas que possam testemunhar e, por conseguinte, na dificuldade de se constituírem provas positivas para se fazer um juízo sobre a criminalidade do réu.

O primeiro-ministro não contou toda a história. Quando o processo era perfeito, sem deixar dúvida de que o escravo matou seu senhor, o imperador simplesmente engavetava o pedido de clemência. Assim, em vez de ir para a forca, o negro continuava na prisão indefinidamente, à espera de uma palavra final do monarca que jamais viria.

A lei da pena de morte dos escravos deixou de fazer sentido em 1888, com a abolição da escravidão. Ela só foi oficialmente revogada em 1890, logo depois da Proclamação da República.

Veja vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/penaCapital>



Uma das punições que as leis do Império previam para os escravos era a de açoites

Jornal de Alagoas narrou em detalhes última pena de morte executada no Brasil

Na edição de 30 de abril de 1876, um domingo, o *Jornal do Pilar* noticiou com detalhes a execução do escravo Francisco, ocorrida na sexta-feira anterior. Ele foi condenado à forca por matar duas pessoas. A seguir, trechos da reportagem:

“A proporção que se aproximava a hora do sacrifício, não procurando esconder a enormidade de seu crime, voltara-se para Deus. Foi assim que o vimos, logo ao seguir caminho do sacrifício, dirigirse a seu pedido para a Igreja do Rosário com o fim, dizia, de ver Nossa Senhora do Pilar. Ali chegando, ajoelhou-se e como que orou.

Em todo esse trajeto e em diversos pontos, o oficial de Justiça fazia a leitura

da sentença.

O condenado ia vestido com a roupa da prisão, de calça e camisa, algemado e de laço no pescoço, assim como o carrasco, que, encorrentado, seguia-o alguns passos atrás. Assim chegou ao lugar do suplício à 1 ½ hora da tarde, no mesmo terreno em que foram assassinados os infelizes capitão João Evangelista de Lima e sua mulher. Em frente à estribaria onde o condenado praticara seu horroroso crime, fora levantada a forca.

Declarou que ia morrer, mas que ninguém se gloriasse com a sua morte, que havia sido um dos assassinos do capitão João de Lima, porém que o fato não se dera como se contava e que só ele e Deus

sabiam, e, finalmente, que pedia perdão a todos e que a todos também perdoava.

Subiu a escada do patíbulo [palanque de execução] a pé firme, seguido de uma praça, e logo após o carrasco, seguido de outra. Nesse ato, supondo o condenado que o algoz esmorecia, voltou-se para ele, exortou-o a que se animasse, dizendo-lhe que não tivesse medo, que tomasse coragem, e isso com o maior sangue frio.

Chegado que foi ao topo da escada, dirigiu-se ao centro do patíbulo, torceu o laço, que estava colocado sobre a nuca, para a garganta e disse adeus ao

EXEÇÃO.—O Poder Moderador confirmou a sentença de morte proferida pelo jury desta cidade contra Francisco, um dos assassinos dos infelizes capitão João Evangelista de Lima e sua mulher d. Josepha Marta de Lima.

Nota do *Jornal do Pilar* informa sobre a execução

povo acenando com o chapéu, que logo após deixou cair ao chão. Em seguida, ajoelhou-se e principiou a acompanhar um dos sacerdotes que faziam parte da execução em rezar o Credo. Nessa ocasião, o carrasco vendou-lhe os olhos e, ao chegar às palavras “vida eterna” desprendeceu-se do patíbulo ao simples movimento do carrasco para impeli-lo.

Depois o carrasco, descendo pela corda, apoiou os dois pés sobre os ombros do condenado e forcejou por abreviar-lhe a morte, o que se reproduziu por duas vezes e foi o mais horrível da cena. Estava consumado o ato.

O cadáver, depois de amortalhado, foi sepultado no cemitério público desta cidade. Deus se compadeça da alma daquele desgraçado, tão merecedor em vida das penas da lei quanto em morte da comiserção [compaixão] da humanidade.”

Comissões debatem remédio contra câncer

Pesquisadores e autoridades discutem com senadores os resultados até agora dos testes clínicos necessários para que a produção da fosfoetanolamina seja liberada no país

AMANHÃ AS COMISSÕES de Assuntos Sociais (CAS), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Direitos Humanos (CDH) farão uma audiência conjunta interativa para debater os resultados obtidos até agora pelo grupo de trabalho criado pelo Ministério da Saúde para avaliar as etapas para o desenvolvimento clínico da fosfoetanolamina, conhecida como a “pílula do câncer”.

Serão discutidos o atual estágio das pesquisas nas esferas federal e estaduais, as etapas a seguir, os testes clínicos necessários e a esti-

mativa oficial de prazos para a produção em escala no país do medicamento.

Foram convidados o químico Gilberto Chierice, que desenvolveu a fosfoetanolamina sintética no laboratório de São Carlos (SP) ligado à USP; Marisa Breitenbach, coordenadora de Pesquisa do Instituto Nacional de Câncer (Inca); além de autoridades dos Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia, da Anvisa e do Instituto Butantan.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Comissão de Assuntos Sociais debateu, em março, processo de registro de medicamentos, como a fosfoetanolamina

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Senado terá iluminação azul pelo Dia do Autismo

A cúpula do Senado e a fachada do Anexo 1 ficarão iluminadas na cor azul até sábado. Os edifícios têm recebido a iluminação especial desde 21 de março, em alusão ao Dia Mundial da Água, e permanecerão com as luzes azuis em homenagem ao Dia Internacional da Conscientização do Autismo, comemorado em 2 de abril. O pedido foi dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Romário (PSB-RJ).

A data foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2008 para despertar a discussão sobre a realidade da pessoa com espectro autista. Devido ao transtorno, que compromete

a comunicação e a interação social, as pessoas com a deficiência sofrem preconceito e dificuldade de aceitação da sociedade.

Segundo a ONU, há 70

milhões de pessoas com espectro autista. No Brasil, não há estatística oficial, mas de acordo com a ONG Movimento Orgulho Autista Brasil, são cerca de 2 milhões.

Em 2012, foi aprovada a Lei 12.764, conhecida por Berenice Piana, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Porém, muitas regulamentações previstas ainda não são cumpridas, diz Tatiana Roque, diretora da ONG.

— A Lei Berenice Piana estabelece, entre outras coisas, uma inclusão verdadeira na educação e no mercado de trabalho, regulamenta atenção integral às necessidades de saúde, mas muita coisa está só no papel. Precisamos pôr a lei em prática. Essa é, sem dúvida, a nossa principal bandeira — disse Tatiana.



Homenagem vai até sábado e marca data pela conscientização do transtorno

Jonas Pereira/Agência Senado — 2/4/2014

Mais Médicos interioriza acesso à saúde, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) destacou problemas do SUS e ressaltou a necessidade de acreditar no sistema e de melhorá-lo. O senador apontou distorções na gestão e no financiamento da saúde pública, mas citou os benefícios que o Mais Médicos tem trazido, especialmente às cidades do interior.

— A distribuição dos médicos no território nacional é extremamente desigual. As capitais brasileiras, que abrigam 24% da população, contam com mais da metade de todos os médicos do país.



Gerardo Magela/Agência Senado

Projeto reduz burocracia para registro de novas plantas ornamentais

O produtor de flores que desenvolver uma nova cor de azaleia, violeta, orquídea ou astromélia pode ser liberado da inscrição do produto no Registro Nacional de Cultivares (RNC). A medida é prevista no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 88/2014, que está na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto modifica a Lei 10.711/2003, que regulamentou o Sistema Nacional de

Sementes e Mudanças, para desobrigar do RNC as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público. O texto, no entanto, mantém a exigência de inscrição para plantas com direito de patente.

Uma cultivar resulta do melhoramento em uma variedade de planta e difere das demais plantas dessa variedade na cor, porte ou outra característica. No processo de desenvolvimento de cultivar não ocorre alteração genética, mas uma

nova combinação do próprio material genético.

O relator na CAE, Ronaldo Caiado (DEM-GO), explica que a legislação já desobriga de inscrição no RNC cultivares locais ou crioulas de milho, feijão, arroz e outras plantas tradicionais de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e indígenas.

O projeto segue na mesma direção, diz o relator, e atende reivindicação dos produtores de plantas ornamentais. Ele

destaca que o setor é pressionado por tendências de mercado em termos de novas colorações e formatos de plantas, um dinamismo incompatível com a lentidão do processo de registro de cultivares.

Segundo o autor do projeto, o ex-deputado Junji Abe, o valor comercial de plantas ornamentais oscila de acordo com tendências de mercado, sendo, portanto, inadequado equiparar o setor às exigências de registro a que estão subme-

tidos os cultivos comerciais.

“É absolutamente compreensível que a imposição do cadastro de cada cultivar ornamental no RNC apenas eleva os custos e a burocracia de um segmento que está normalmente sujeito a margens estreitas de lucros, mas demanda e emprega intensivamente mão de obra”, concorda Ronaldo Caiado.

Após o exame na CAE, o projeto segue para a Comissão de Agricultura (CRA).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Wellington defende pedágio com tarifa justa na BR-163

Senador participou de audiência em Mato Grosso para colher sugestões de produtores rurais e do segmento de logística de transporte sobre o leilão de concessão de estrada que liga a Amazônia ao Sul

A CONCESSÃO DA BR-163, no trecho entre Sinop (MT) e Miritituba (PA), é fundamental para alavancar o desenvolvimento regional, mas a tarifa a ser cobrada em pedágios “deve ter valor justo, de forma que não onere o produtor”, segundo Wellington Fagundes (PR-MT). O senador participou na quinta-feira, como representante da Comissão de Infraestrutura do Senado (CI), de audiência pública sobre o assunto em Guarantã do Norte (MT).

Aproximadamente 800 pessoas participaram do evento, realizado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso em conjunto com o Senado. O objetivo foi colher sugestões para aprimorar o edital e o leilão dessa concessão, prevista para o segundo semestre deste ano. A rodovia BR-163 integra o Arco Norte de Logística e está incluída no Plano de Investimentos em Logística (PIL), anunciado no ano passado pelo governo federal.

— A concessão é importante, mas a tarifa não pode inviabilizar o objetivo, ou seja, promover o desenvolvimento, principalmente na nossa

região — afirmou Wellington.

Segundo a assessoria do senador, ele se comprometeu com produtores rurais e representantes de segmento da logística de transporte a prosseguir com o debate.

— Creio que chegaremos a um valor adequado — disse.

Cálculo

A rodovia tem uma extensão de 976 quilômetros e o valor previsto para a tarifa de pedágio é de R\$ 10,05 por eixo para cada 100 quilômetros. Nesse caso, um caminhão de nove eixos, usado para escoamento da produção, pagará ao final do percurso um total de R\$ 882.

— Nesse valor, naturalmente, o projeto fica inviável para quem recebe a concessão e também para quem fará o escoamento — observou.

O cálculo é feito levando em consideração vários aspectos, como a quantidade de veículos que trafegarão pela rodovia. O projeto da concessão compreende 12 municípios do Pará e de Mato Grosso e prevê a concessão de sete praças de pedágio. Dos 976 quilômetros entre Sinop e o Porto de Miritituba, apenas 120 não

estão asfaltados. A previsão é que o pedágio comece a ser cobrado um ano e meio depois que a concessionária tiver autorização para atuar no trecho e realizar obras como a finalização do asfaltamento, a duplicação de vias e a substituição das pontes de madeiras.

Segundo o diretor de Concessões do Ministério dos Transportes, Fábio Luiz Lima de Freitas, o investimento será de R\$ 6,5 bilhões e um dos pontos de discussão é o período da concessão, que poderá ser de 12 ou de 30 anos.

Logística

Presidente da Frente Parlamentar de Logística em Transporte, Wellington destacou que, para solucionar o problema de infraestrutura, o ideal é investir em logística, ampliando os modais hidroviário e ferroviário.

— Mas as estradas continuam sendo importantes no país e a BR-163 é a que liga toda a região da Amazônia ao Sul. Fizemos essas audiências para saber qual a melhor forma de tempo de concessão, de 12 anos ou 30 anos, visto que a concessão da ferrovia poderá ser uma concorrente e isso não pode ser um impeditivo.

Participaram da audiência os prefeitos de Guarantã do Norte (MT), Sandra Martins, e de Peixoto de Azevedo (MT), Sinvaldo Santos Brito.

Também estiveram presentes vereadores e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), da Polícia Rodoviária Federal, do Rotary Club, do Lions Club e do Instituto Federal de Mato Grosso.



Wellington Fagundes debateu em MT problemas de infraestrutura em rodovias

Comissão deve votar relatório da MP dos caminhões

A comissão mista que examina a medida provisória sobre dívidas de caminhoneiros e empreendedores rurais do Nordeste analisa amanhã, às 11h, o relatório do deputado Marx Beltrão (PMDB-AL).

A MP 707/2015 autoriza a prorrogação, até 30 de junho, do prazo para a formalização de refinanciamento de empréstimos contraídos por caminhoneiros para a aquisição de caminhões, carretas, reboques, carrocerias e outros bens semelhantes.

A medida, que recebeu 93 emendas, também suspende, até 31 de dezembro de 2016, a cobrança judicial de dívidas relativas a empreendimentos

rurais na área de abrangência da Sudene contratadas até 31 de dezembro de 2006, no valor original de até R\$ 100 mil. A MP ainda proíbe que essas dívidas sejam inscritas na Dívida Ativa da União e suspende sua pres-

crição até a mesma data.

Em audiências, houve reclamações sobre a resistência dos bancos privados a prorrogar o prazo de refinanciamento, já que a MP apenas autoriza, mas não determina esse adiamento.



Medida permite refinanciamento de empréstimos para compra de caminhões



Agroextrativismo em assentamento no Pará poderá receber estímulos

Proposta incentiva práticas agroextrativistas e florestais

A proposta de incentivar o agroextrativismo no Brasil é o primeiro item da pauta da reunião da Comissão de Meio Ambiente (CMA) de amanhã, às 9h30.

A medida consta do PLS 182/2013 — Complementar, do ex-senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que tem parecer favorável do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O texto incorpora à Lei Agrícola (Lei 8.171/1991) a preocupação com as práticas agroextrativistas e agroflorestais.

Para Flexa, “o agroextrativismo é uma solução economicamente viável e ambientalmente sustentável para a diversificação de atividades e melhoria da renda de uma significativa parcela da população que atualmente obtém seus rendimentos do extrativismo simples e, até mesmo, da agricultura convencional”.

Também na pauta da CMA está o PLS 252/2014, que determina a adoção de práticas sustentáveis — como utilização de telhados verdes e adoção de sistemas de aproveitamento da água da chuva e da energia solar — na construção de prédios da União. A proposta partiu da sugestão de estudantes que participaram da edição de 2013 do Programa Senado Jovem Brasileiro, transformada em PLS na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Na Comissão de In-

fraestrutura (CI), os senadores aprovaram substitutivo de Hélio José (PMDB-DF) ao projeto, acrescentando ao texto a promoção de campanhas educativas e a concessão de incentivos fiscais para estimular a população a adotar práticas de construção sustentável.

O parecer do relator na CMA, Jorge Viana (PT-AC), é favorável. Se aprovado na comissão, o projeto vai a Plenário.

Irrigação

Outra proposta a ser discutida pela comissão é o Projeto de Lei do Senado 268/2014, que tramita em conjunto com o PLS 382/2014. O texto incentiva o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira. O projeto, de autoria do senador Wilder Moraes (PP-GO), foi relatado pelo senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), que sugeriu a aprovação do PLS 268 e a prejudicialidade do PLS 382.

A intenção da proposta é priorizar o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na política de irrigação e drenagem, de modo a compatibilizar a atividade agrícola com a preservação do meio ambiente. O texto incentiva o desenvolvimento de pesquisas e de sistemas de irrigação que usem fontes alternativas de energia nessas atividades, a exemplo da energia solar fotovoltaica.

Juristas avaliam amanhã projeto da Lei Geral da Desburocratização

A Comissão de Juristas da Desburocratização discute e avalia amanhã, às 9h, o Projeto de Lei Geral da Desburocratização.

Na reunião da última segunda-feira, a comissão discutiu mudanças no Código Tributário Nacional. O texto está sendo consolidado para ser entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros, em reunião prevista para hoje.

Formada por 17 juristas,

a comissão foi instituída por Renan, em setembro do ano passado, para discutir projetos que simplifiquem e tornem mais ágil a administração pública.

Os integrantes se dividem em cinco subcomissões, que depois apresentam as propostas para votação no âmbito da comissão. O prazo final para a conclusão dos trabalhos é o dia 11 de abril, mas pode haver prorrogação.

Declarações do ministro da Justiça de que mudaria a equipe da Polícia Federal em caso de qualquer suspeita de vazamento motivaram senador a pedir esclarecimentos

Comissão quer ouvir Aragão sobre Lava-Jato

O MINISTRO DA Justiça, Eugênio Aragão, deverá ser ouvido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira, às 11h30. Além de apresentar seu plano de ação para a pasta, ele deve explicar eventuais ameaças de intervenção na Polícia Federal e no Poder Judiciário em função dos desdobramentos da Operação Lava-Jato, que investiga desvio de recursos da Petrobras. Aragão falará ao Senado a pedido do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Entrevista do ministro ao jornal *Folha de S.Paulo*, publicada em 19 de março, foi a motivação do requerimento de Ferraço. Chamou a atenção do senador a seguinte declaração de Aragão, feita um dia após sua posse no governo: “Cheirou vazamento de investigação por um agente nosso, a equipe será trocada, toda. Não preciso ter prova. A Polícia Federal está sob nossa supervisão”.



Ferraço (na foto acima, em primeiro plano) apresentou requerimento para que Eugênio Aragão (D) fale aos senadores: audiência está marcada para quarta-feira



Luís Macedo/Câmara dos Deputados

Dois dias após a publicação da entrevista, o jornal trouxe nova reportagem — segundo assinala Ferraço no requerimento — informando a decisão do governo de mudar,

no prazo de até 30 dias, o comando da Polícia Federal. Diante do fato, o parlamentar fez questão de destacar a relação de subordinação existente entre a Polícia Federal e o

Ministério da Justiça. “É preciso esclarecer se a atuação do ministro se dará com a isenção e a imparcialidade necessárias para o bom andamento da pasta”, afirmou

Ferraço, que ressaltou ainda relações pessoais declaradas por Aragão com ex-deputados federais pelo PT, como Sigmaringa Seixas (DF) e José Genoíno (SP).

Gleisi afirma que acusações de delatores contra ela são frágeis

Gleisi Hoffmann (PT-PR) nega ter recebido R\$ 1 milhão para sua campanha ao Senado em 2010, como apontado por delatores da Operação Lava-Jato.



Gerardo Magela/Agência Senado

As denúncias contra ela e contra seu marido, Paulo Bernardo, surgiram na delação do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef, mas em versões divergentes, diz Gleisi. Ela afirma que as denúncias são frágeis e que acareações entre os delatores mostraram que não houve pedido de recursos para campanha.

— Tudo foi milimetricamente investigado. Estive na Petrobras? Não. Conversei alguma vez com Paulo Roberto Costa ou com Alberto Youssef? Não! Eles disseram que

me conheciam? Não! Que eu era beneficiária ou conhecia o esquema na Petrobras? Não.

A senadora se disse confiante de que provará sua inocência.

— Não tenho conta no exterior, não tenho negócios na política, não fiz patrimônio com recursos escusos. Tudo que tenho é compatível com minha remuneração. Continuarei confiando na Justiça e na política como meios de sustentar a democracia e dar respostas às demandas da sociedade.

Gurgacz diz que é hora de trabalhar para que o povo não seja prejudicado

“É momento de arregaçar as mangas e trabalhar”, disse Acir Gurgacz (PDT-RO) em pronunciamento na sexta-feira, ao comentar a situação do país. Para o senador, quem perde com as divergências entre governo e oposição é a população.

— Enquanto muitos brigam por conta da política, prefiro continuar o nosso trabalho. É dessa maneira que tenho conseguido levar muitas coisas para Rondônia — afirmou.

Gurgacz relatou que tem trabalhado em muitas frentes para melhorar a qualidade de vida dos rondonienses, como a reconstrução da rodovia BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, e a duplicação da BR-364, que corta o estado de



Gerardo Magela/Agência Senado

Rondônia. O senador também protocolou no Ministério da Educação proposta de criação de mais duas universidades federais no estado.

— Não podemos deixar de lado as nossas principais preocupações, que são o cuidado com a população de Rondônia e de todos os estados brasileiros. Não vamos deixar o debate contaminar aquilo que é mais importante: a geração de empregos, as nossas famílias, saúde e educação — destacou.

Crise econômica atinge em cheio setor industrial, aponta Medeiros

José Medeiros (PSD-MT) destacou os problemas enfrentados pelas indústrias brasileiras, que vão da baixa produtividade à falta de recursos para novos investimentos. Segundo ele, a crise econômica atingiu em cheio o setor industrial, com reflexos negativos nos municípios de Mato Grosso.

— A indústria brasileira não aguenta mais quatro meses nessa situação. E não há sinais de melhoras no horizonte. Temos que defender essa área, responsável por fomentar o desenvolvimento tecnológico e oferecer empregos de melhor qualidade.

De acordo com o senador, ao longo dos anos, a política industrial foi equivocada, centrada



Gerardo Magela/Agência Senado

apenas na desoneração localizada e temporária, sem focar nos estímulos à produtividade, aos processos produtivos e à gestão. Além disso, sem linhas de crédito, com juros altos e com a falta de recursos para investimentos em máquinas e equipamentos, a situação ficou insustentável.

Ele reclamou também da burocracia estatal, da falta de infraestrutura em inovação e tecnologia e do excesso de leis no país, principalmente no campo tributário.

Padronização de sites de transparência pode ser tema de debate

A Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG) tem reunião amanhã, às 14h30, com dois requerimentos na pauta. Um deles é para realização de audiência sobre a possibilidade de padronização de páginas de transparência de órgãos de todas as esferas da administração pública.

O pedido para o debate é do senador João Capiberibe (PSB-AP), que lembra a importância da Lei Complementar

131/2009 para o combate à corrupção. A norma (originada de projeto de Capiberibe) obriga União, estados e municípios a colocar suas contas na internet, incluindo informações sobre licitações, contratos, convênios, diárias e passagens, que devem ser apresentadas de forma clara e fácil, com atualização constante.

Entretanto, segundo o senador, há portais que não publicam as informações da

forma estabelecida pela lei, o que desestimula o exercício do direito de controle social pelo cidadão. “Isso deve-se ao fato de eles apresentarem as informações de forma tão complexa e não detalhada que fica quase impossível identificar onde os recursos públicos estão sendo aplicados”, argumentou.

O outro requerimento, também de Capiberibe, pede a promoção de ciclo de debates sobre transparência pública.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Capiberibe, portais públicos ainda não publicam dados como manda a lei